

12 A 15
OUTUBRO
2018

19ª EDIÇÃO

MINIONU

NOSSO JEITO DE MUDAR O MUNDO

GUIA DE ESTUDOS

OTAN (1999)

A intervenção da OTAN no Kosovo

DIRETOR

Marcos Toledo

ASSISTENTES

Ana Eliziário

Nadya Silveira

Salma Freua Assumpção



PUC Minas



MINIONU

MINIONU.COM.BR | 31 3319-4527

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA	3
2 SOBRE A GUERRA DO KOSOVO	3
2.1 Antecedentes da Guerra do Kosovo	3
2.2 A Guerra do Kosovo	5
2.3 Acordo de Dayton	8
2.4 OTAN e a Iugoslávia	9
3 CONCEITOS IMPORTANTES	11
3.1 Soberania	11
3.2 Guerra Justa	12
4 CRONOLOGIA DO CONFLITO	13
5 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATÂNTICO NORTE	14
5.1 História da organização	15
5.2 Membros permanentes e observadores	16
6 POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES	17
6.1 Albânia	17
6.2 Estados Unidos da América	17
6.3 Iugoslávia	18
6.4 Rússia	19
REFERÊNCIAS	20
TABELA DE DEMANDA DE REPRESENTAÇÕES	23

1 APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA

Marcos Toledo – Diretor do Comitê

Bem-vindos senhores delegados e senhoras delegadas! É de grande prazer fazer parte deste comitê que irá proporcionar uma experiência enriquecedora. Meu nome é Marcos Toledo e estou cursando o 7 período de Relações Internacionais da PUC-MG, nos dias do evento. Este ano está sendo minha quarta participação no MINIONU, sendo o primeiro como voluntário externo, de logística, o segundo como Diretor Assistente no comitê CDH 2017 que debatia sobre as liberdades religiosas e seus limites. Ano passado (2017) fui Diretor, também, da OTAN 1999. Foi uma experiência única, pois além de um ano de aprendizado sobre um tema bastante interessante, tive a oportunidade de conhecer e trabalhar com pessoas incríveis como meus Diretores Assistentes Marco Túlio e Igor Parma e as nossas Voluntárias: Caroline Braga, Isis Couto e Marina Gontijo. E claro os delegados, dos quais ainda mantenho contato, obtive um retorno incrível e que mudaram minha vida.

Todas minhas experiências com o evento foram algo que enriqueceram minha vida, o modo de encara-la e lidar com as responsabilidades, além do grande aprendizado na área de Relações Internacionais. Além do mais, ao acabar o evento a sensação é de enorme gratificação e de “quero mais”. Com isso, espero que este ano, como Diretor de Comitê, todos os sentimentos sejam ainda maiores e melhores, estou ansioso para conhecê-los pessoalmente e mergulhar nesse projeto com todo empenho e carinho, para que todos nós possamos ter uma experiência única. Lembre-se que estamos também disponíveis [na nossa página](#) do Facebook, [no nosso blog](#) e também por e-mail¹, Nossa equipe está à disposição dos senhores para quaisquer dúvidas e esclarecimentos. Até em Outubro!

Ana Eliziário – Diretora Assistente

Meu nome é Ana Eliziário e serei Diretora assistente do comitê OTAN 1999 no MINIONU 2018. Tenho 22 anos, sou aluna do último período de Relações Internacionais, e minha trajetória no MINIONU começou, assim como a de vocês, no meu ensino médio. A participação como delegada me despertou a paixão por simulações, tendo participado da simulação interna do meu antigo colégio (SIAC, do Colégio Santo Agostinho de Contagem) como mesa diretora em dois anos consecutivos; e do MINIONU em 2015 como voluntária do comitê UNODC e diretora assistente do comitê CSW em 2016. Espero trazer para os senhores, em conjunto com o restante da equipe do comitê, a melhor experiência possível no MINIONU e proporcionar a oportunidade para que se apaixonem pelas simulações tanto quanto eu me apaixonei.

¹ otan19minionu2018@gmail.com

Um abraço e até outubro!

Nadya Silveira – Diretor Assistente

Olá senhores delegados, meu nome é Nadya Silveira e estarei no 8º período de Relações Internacionais na época do MINIONU. Esta é minha quarta participação neste modelo em que eu ajudo a transformar a vida dos jovens desde 2015. Me sinto muito honrada de retornar a este comitê como assistente, um assunto de extrema importância e principalmente por já ter sido diretora de um comitê histórico também. Espero que os senhores tenham uma experiência enriquecedora e que esse modelo possa agregar mais uma experiência no ensino de vocês. Até outubro.

Salma Freua Assumpção – Diretor Assistente

Olá, delegados! Meu nome é Salma Freua Assumpção, tenho 20 anos e estou no 5º período de Relações Internacionais aqui na PUC-MG COREU. Esta é a minha segunda vez como Diretora Assistente. Antes disso fui voluntária, e nos dois anos anteriores, delegada, como vocês estão sendo hoje, por isso espero uma ótima simulação para vocês e que vocês gostem do comitê e do MINIONU como um todo também! Até os dias do evento!

2 SOBRE A GUERRA DO KOSOVO

Essa parte do guia de estudos apresentará o tema “Guerra do Kosovo”, os antecedentes do conflito e tópicos fundamentais para o funcionamento do comitê. Deste modo, garantindo uma maior facilidade aos estudos específicos de cada delegação.

O ponto 2.1 mostra os antecedentes da Guerra, esclarecendo os motivos que culminaram no conflito, os aspectos históricos anteriores ao evento. O ponto 2.2 é a respeito da Guerra em si, com o propósito de esclarecer sobre o conflito, sua motivação e as condições que fizeram necessário os debates na OTAN sobre tentar chegar num acordo de paz. O ponto 2.3 trata, de uma forma breve, sobre o Acordo de Dayton, que colocou fim num conflito que ocorria na Bósnia e Herzegovina e, por último, o ponto 2.4 trata do contexto histórico que a OTAN está inserida na conjuntura internacional no que tange o conflito do Kosovo.

2.1 Antecedentes da Guerra do Kosovo

Até 1991, a federação iugoslava era constituída por seis países, sendo eles a Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia, Montenegro, Sérvia, e duas regiões autônomas (ou seja, uma área dentro de um determinado país que possui certa autonomia ou autoridade) que fazia parte da Sérvia: Kosovo e Voivodina. Sua população era composta por diversas etnias (sérvios, croatas, eslovenos, albaneses, turcos, montenegrinos, entre outros), culturas, religiões e idiomas, conforme apresentado na figura 1.

Esta população manteve-se unida com governos autoritários, comandado pelo marechal Tito, que governou desde o final da Segunda Grande Guerra – quando o regime socialista foi implantado – até sua morte, em 1980. Deste modo, a população que já sofria com diversos problemas graves de ordem socioeconômica – crises econômicas, desempregos, greves etc. – teve seus problemas acentuados com a morte de Tito.

Com o agravamento dos conflitos, começaram a surgir na Iugoslávia os primeiros movimentos separatistas iniciados pela Eslovênia e Croácia. Quase de imediato, o Exército Iugoslavo – dominado pelos Sérvios – atacou a Eslovênia, por não haver minorias servias na região os combates duraram apenas dez dias, o que ficou conhecido como “Guerra dos dez dias”, marcando a ruptura com a Iugoslávia. Entretanto, na Croácia, que a população era de origem sérvia os ataques foram mais sangrentos. Logo surgiram diversos conflitos entre nacionalidades, culminando em uma guerra civil deflagrada durante o processo de

autonomia das repúblicas da antiga Iugoslávia, marcada por uma “limpeza étnica”² iniciada pelos Sérvios.

Figura I – Divisão dos grupos étnicos na Iugoslávia



Fonte: Educabras

A opinião pública internacional criticou a proporção dos massacres, brutalidade e violência do conflito que ocorria na região, o que culminou no envio de “forças de paz” da ONU. Porém, não resolvendo o conflito, os Estados Unidos promoveram o “Acordo de Dayton”³, que tornava possível um tratado que estipulava a formação de duas entidades territoriais da Bósnia, tornando-a um Estado dividido (de um lado a Federação Bósnio-Croata e, de outro, a República Sérvia da Bósnia). O que pôs fim ao conflito que durou três anos e meio na Bósnia e Herzegovina.

Kosovo começa seu processo de independência, porém Milosevic – presidente da Sérvia de 1989 até 1997, da República Federal da Iugoslávia em 1997 e principal líder do Partido Socialista da Sérvia desde a sua fundação em 1990 – decide atacar a Iugoslávia, sem consultar qualquer organismo internacional, durante 78 dias, com a ocorrência de bombardeios nas regiões da Sérvia, Montenegro e Kosovo.

² “De acordo com a Comissão de Especialistas da ONU: ‘limpeza étnica’ significa um ato de ‘deixar uma área etnicamente homogênea por meio do uso da força ou da intimidação para remover pessoas de determinados grupos da área’” (BADMUS, 2008).

³ Conhecido também como “Quadro Geral para a Paz na Bósnia e Herzegovina” e “Protocolo de Paris”.

Figura II – Configuração regional após os conflitos separatistas na Iugoslávia



Fonte: Educabras

Com estes bombardeios, em 1997, os albaneses, que são a população majoritária do território kosovar, sofrem uma limpeza étnica na Sérvia, o que culmina no conflito na região marcado por atrocidades e violência, com ataques por Milosevic e intervenções da OTAN no território contra a Iugoslávia. Neste cenário, a OTAN irá discutir se continua a intervenção no território Kosovar ou se haverá um acordo de paz, para tentar conter os bombardeios de Milosevic.

2.2 A Guerra do Kosovo

O Kosovo é uma região que tem uma composição diferente dos demais países que formavam a República da Iugoslávia. A demografia étnica e religiosa que compõe o Kosovo é formada por, principalmente, kosovares, albaneses muçulmanos e bósnios eslavos, enquanto o restante da Iugoslávia é constituído por cristãos ortodoxos de origem eslava.

Posto isso, é possível entender que desde a criação da Iugoslávia o país sofreu grandes desigualdades entre os povos de origem sérvia e albaneses no Kosovo, porém estes conflitos eram resolvidos sem o uso da força até a morte de Tito, conforme dito na seção 3.1. Todavia, houve um aumento do conflito quando Milosevic comanda a presidência da República Sérvia, em 1989 (HAMANN, 2007). Além do mais, como mencionado na seção

3.1, o Kosovo dava início ao seu processo de independência que não foi aceita de bom tom por Milosevic mostrando-se firme a não aceitação desse processo.

Além disso, em janeiro de 1989 a Assembleia Sérvia debate sobre suspender a autonomia do Kosovo fazendo com que a Sérvia passe “a ter controle sobre a polícia e os tribunais, e passaria a elaborar políticas socioeconômicas, educacionais e linguísticas na província (HAMANN, 2007)”. No dia 28 de março daquele ano, é suspensa a autonomia do Kosovo, gerando diversas manifestações, prisões e muitas mortes. Além disso, há toda uma mudança estrutural imposta ao Kosovo, como a demissões de albaneses em cargos públicos, a mudança no currículo escolar para conter a língua albanesa, a transferência de instituições (como polícia, mídia e sistema judiciário) para a Sérvia, dentre outras mudanças (CLARK, 2000; PULA, 2004). Dessa forma, surgiu no Kosovo diversos partidos políticos, associações, organizações, sindicatos, uma liga fundada por kosovares albaneses denominada “Liga Democrática do Kosovo (LDK)”, desenvolvendo no Kosovo o chamado “Estado paralelo”⁴ que tinha como objetivo reagir, de forma pacífica, fazendo oposição à repressão que estava ocorrendo.

Em 1990, surge o movimento separatista liderado pelos kosovares (ELK – Exército de libertação do Kosovo) para a separação entre albaneses e sérvios, com isso, garantindo a autonomia dos albaneses que declara a independência neste ano. Contudo, a independência de Kosovo não é reconhecida por outros Estados e ignorada pela Sérvia, por ora tendo apenas a Albânia reconhecido a independência do Kosovo, não obstante, disposta a reverter o reconhecimento se necessário (BBC,1999).

Esta LDK é fundada em 1989 e aspirava por um Kosovo independente, democrático e livre, foi importante por criar entre 1992 a 1998 a “Sociedade Paralela” do Kosovo, que se estrutura relativamente bem, sendo importante difundir a resistência pacífica e contribuindo para a moral albanesa, porém sem alcançar a sua independência e reconhecimento. Entretanto, em 1996 parte da população do Kosovo questiona se de fato é possível a independência por métodos não-violentos, assim como é fortalecido o ELK, substituindo a ideia pacífica.

Desse modo, o ELK foi um componente fundamentalmente importante para entender como se deu a violência direta no conflito do Kosovo, visto que, o ELK, é um grupo de força paramilitar, composta por insurgentes albaneses que lutaram pela independência do território kosovar, praticando atos contra a população sérvia e crimes de guerra⁵ que agrava a violência no conflito. Em 1998, o ELK consegue atuar de forma sistemática e organizada, controlando uma parte considerável do Kosovo assim como aumentando sua capacidade

⁴ Também referido como “sociedade paralela” ou “contra-sociedade”.

⁵ Crimes ocorridos na guerra que violam o Direito Internacional, os Direitos Humanos e a Convenção de Genebra, que são tratados internacionais com a tentativa de diminuir os efeitos de guerras na população civil.

militar para organizar ataques contra a Sérvia (SCHERRER, 2002). O que deslegitima o Protocolo de Paris, com a opção de não-violência e aumenta ainda mais a popularidade do EKL.

Isto fez com que o conflito entre separatistas, de origem albanesa, e o governo central da Iugoslávia, liderado pelo presidente nacionalista Slobodan Milosevic, aumentasse até os anos de 1998, quando começou os ataques do presidente ao território do Kosovo. Neste momento, Milosevic manda tropas à região kosovar com ordem de aniquilar todos os kosovares separatistas, matando um grande número de civis, alegando que não abriria mão do território kosovar, mesmo que isto significasse bombardeios, pois não aceitava a perda da província do Kosovo dizendo que a tomada daquele território se tornou uma questão nacionalista para os sérvios, devido ao fato de que a província foi o berço da nação.

Em resposta aos ataques de Milosevic, a ONU envia uma tropa à região dos Balcãs para tentar minimizar as ações militares. A OTAN, também, entrega um ultimato ao presidente Milosevic ordenando que cessasse fogo contra a região do Kosovo, pois caso isto não fosse cumprido a organização interferiria. Os Estados Unidos enviam tropas contra o presidente, forçando-o a aceitar o acordo de Rambouillet.

O Acordo de Rambouillet⁶ tinha como objetivo, também, chegar um acordo com Milosevic sem que fosse necessário o uso da força, contudo, ainda havia a ameaça da força. Propondo mediar negociações entre a Iugoslávia, Sérvia e Kosovo em Paris, é recomendado no Acordo a autonomia administrativa e cultural para a província de Kosovo, contudo, sem aceitar, de fato, a independência kosovar.

Um dos problemas que o Kosovo enfrentou é o fato de não ter sido feito o reconhecimento de sua independência por outros Estados, o que dificulta a efetivação da atribuição do princípio do conceito de soberania e a regra da não-intervenção (MUNUERA, 1994). Um dos motivos para o não reconhecimento da independência kosovar foi o fato de que os Estados mantinham a percepção de querer conservar a integridade territorial da Iugoslávia.

Mesmo com todas as dificuldades no reconhecimento da soberania e independência, o Kosovo manteve-se pacífico no que tange aos status diplomáticos. O que levou os Estados a crerem que com estes métodos não violentos os albaneses conseguiriam alcançar a independência sem violência e derramamento de sangue, porém, conforme já visto anteriormente, ao final da década de 1990 o cenário no Kosovo se transforma (HAMANN, 2007). Sendo assim, é possível afirmar que o agravamento – mas não a responsabilidade – da violência direta foi erro nas percepções dos Estados perante o conflito, começando pelo Acordo de Paris que prometia que os problemas kosovares seriam resolvidos de forma pacífica e impedindo que a independência tomasse rumos violentos com derramamento de sangue.

⁶ Ou “Grupo de Contato”.

2.3 Acordo de Dayton

No dia 3 de março do ano de 1992, a Bósnia, impulsionada por uma onda separatista que crescia na Iugoslávia também declarou a sua independência. A qual gerou uma resposta violenta por parte do Milosevic que começou a mandar militares sérvios com a finalidade de aterrorizar a população da Bósnia.

Sendo assim, após três anos de conflito, os Acordos de Dayton tinham como objetivo trazer uma solução política para este conflito na Bósnia, e de fato conseguiu. Tal acordo foi assinado em 21 de novembro de 1995, no estado de Ohio, cidade de Dayton, Estados Unidos. O acordo feito em Dayton é notado por sua grande ambição de coordenar várias questões no que se refere à situação da Bósnia e Iugoslávia, que passam pelos temas de Estabilização Regional, Segurança, Direitos Humanos, Democratização, entre outros.

Este tratado possui alguns pontos de fragilidade – principalmente se considerarmos a grande gama de assuntos e a situação delicada desta região –, porém é algo que teve bons resultados. A situação é delicada devido a característica multiétnica da região. O Acordo de Dayton se voltou principalmente para as questões constitucionais do Estado e o ponto central nesta questão é a divisão da Bósnia em dois corpos que possuíam autonomia, mas que eram subordinados ao Estado. Essa divisão ocorreu justamente por diferenças étnicas dentro do território bósnio, já que tal Estado possuía uma população dividida entre sérvios, bósnios e croatas-muçulmanos.

Sendo assim, o Tratado de Dayton estabeleceu que a Bósnia-Herzegovina fosse dividida entre a República Sérvia, a província dos sérvios, e Federação da Bósnia-Herzegovina (ou somente Federação), onde parte dos croatas-muçulmanos residiam, sendo reconhecidas assim, três nacionalidades compondo o país. Neste contexto, a pergunta que nos é relevante é: Como o Acordo de Dayton interfere e influencia na guerra do Kosovo? O que foi feito em Dayton que contribuiu para que houvesse um reflexo na situação dos koscovares anos depois? (CONCEIÇÃO, 2005; FERREIRA, 2001; PERES, 2013)

A resposta para estes questionamentos reside muito mais em aspectos tático-militares que de fato, em aspectos políticos. É necessário que se analise então o contexto no qual o Acordo de Dayton foi assinado. Nesse ponto, as forças sérvias estavam finalmente sofrendo uma reviravolta na guerra da Bósnia. Após o massacre de Sarajevo, os bombardeios da OTAN se tornaram mais intensos e mais frequentes e o exército croata – em coordenação com o exército bósnio e as milícias bósnio-croatas – finalmente ganhava território em sua ofensiva que partia do oeste e adentrava no exército sérvio. Parecia que, pela primeira vez, o jogo havia virado e o exército sérvio finalmente contemplava a derrota (BORGER, 2015). Estava claro que a ofensiva seguia em direção à Banja Luka, cidade extrema-

mente importante sob domínio sérvio, com grandes chances de vitória, o que poderia encerrar a guerra absolutamente.

Foi neste ponto que as autoridades sérvias finalmente aceitaram a oferta por um acordo de paz, após diversas rejeições. Com isso, as forças militares sob o domínio de Milosevic puderam se recompor, e a pressão política sobre o último foi aliviada. Este acordo deu espaço suficiente para que o governante pudesse recompor suas tropas e articular o ataque ao Kosovo, em uma tentativa de manter seu controle político e formar a chamada Grande Sérvia.

2.4 OTAN e a Iugoslávia

Após a Guerra Fria a OTAN passou adotar novos papéis e objetivos, até então a organização nunca havia feito intervenções fora das fronteiras territoriais de seus Estados-membros, isso ocorreu apenas após os episódios ocorridos no Kosovo. Em janeiro de 1998 a maior preocupação que a OTAN tinha no que tange ao Kosovo, era a de que o conflito pudesse se espalhar para a Macedônia e Albânia, desse modo, entende-se que a preocupação era mais do que com o conflito do Kosovo a priori mas, também, um medo de que a situação pudesse reverberar para outros membros da OTAN. Portanto, “A OTAN e a comunidade internacional têm interesse legítimo nos acontecimentos do Kosovo, entre outras coisas devido a seu impacto na estabilidade de toda uma região que preocupa a aliança”. (ATLANTIC NEWS apud LEURDIJK 1999)⁷

Entretanto, a preocupação se estendeu do medo do conflito se espalhar ao confronto com os ataques de Milosevic, visto a necessidade de tentar frear os genocídios e os ataques que aconteciam à população kosovar, com o objetivo de conter as retaliações aos Direitos Humanos e garantindo que estes direitos fossem respeitados. Em 1998, havia um debate na OTAN que refletia a divergente opinião sobre a intervenção fora dos territórios dos membros da organização e a necessidade de autorização do Conselho de Segurança (CSNU). Ainda nesse ano, a OTAN enviou grupos de especialistas para a Albânia para auxiliar o país a se preparar para os refugiados que poderiam receber do Kosovo, já em outubro, é aprovado o bombardeio ao território sérvio, o que culminou no Acordo de Dayton devido as ameaças de bombardeio.

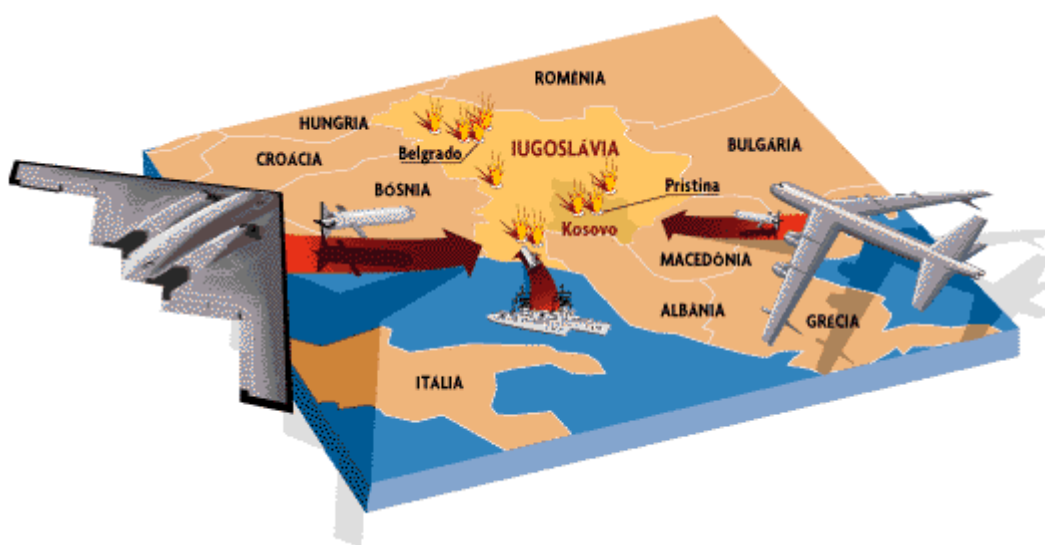
Contudo, pelo histórico de não-violência, Milosevic não vê credibilidade nas ameaças da OTAN, assim como contava com a aliança com a Rússia para evitar os ataques aéreos. Finalizando o prazo dado pela OTAN de duas semanas para a retirada de Milosevic o confli-

⁷ A NATO and the international community have the legitimate interest in developments in Kosovo, inter alia because of their impact on the stability of the whole region which is of concern to the alliance

to aumenta ainda mais com o fato de não ser possível alcançar nenhum acordo, assim como a volta das forças sérvias para o Kosovo.

Sendo assim, em dezembro de 1998 a possibilidade de intervenção estava cada vez mais próxima, mesmo com debates internos sobre a legitimidade das intervenções e da autorização do CSNU. Já em 24 de março de 1999, têm início os bombardeios que foram eficazes em conseguir conter os ataques das tropas sérvias, assim como gerou um grande número de refugiados para diversos países.

Figura III – Bombardeios na Iugoslávia



Fonte: Abril.com

Não obstante, os ataques não impediram as atrocidades de sérvios contra albaneses e nem as do ELK contra os sérvios. Porém, os bombardeios eram mais eficazes contra os iugoslavos, mais precisamente, contra Milosevic por estar inserido na Guerra do Kosovo de duas formas: com objetivos de limpeza étnica contra os kosovares albaneses e o outro objetivo diz a respeito à proteção contra a OTAN (HAMANN, 2007).

3 CONCEITOS IMPORTANTES

Esta seção irá abordar dois conceitos de Relações Internacionais que são importantes para auxiliar os debates nos dias do evento. São necessários principalmente pela temática das discussões que envolvem intervenções e guerras.

3.1 Soberania

A soberania dos Estados é um conceito que sempre causa muita polêmica nos discursos diplomáticos entre as nações. Entretanto, por muitas vezes o termo é usado de forma exagerada em discursos midiáticos e políticos. Assim, se torna necessário o esclarecimento sobre alguns pontos deste conceito.

Formalmente, o conceito de “Estados soberanos” surgiu em 1648 na Paz de Vestefália, após a Guerra de 30 anos. Na época, sua importância residia no aspecto religioso, dando autonomia para os principados do Sacro Império escolherem entre o catolicismo e o protestantismo, mas posteriormente é considerado um marco para a definição de Estado como conhecemos.

Os tratados foram assinados entre o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, a Áustria, os demais príncipes germânicos, a França e a Suécia. Em linhas gerais, a soberania de cada país diz respeito a: proibição de entrada de exércitos estrangeiros nas fronteiras nacionais sem o consentimento do governo oficial; respeito ao governante oficial e suas decisões sobre seu próprio território; não obrigação do país de aderir a algum tratado, ou de tomar alguma medida internacional em relação a qualquer assunto interno.

Em termos práticos, o conceito de soberania preserva a autonomia de um país em relação aos outros países e garante que suas fronteiras e a autoridade de seu governo sejam respeitadas. Assim, qualquer ação deve respeitar este princípio internacional, considerado um dos pilares fundamentais das Relações Internacionais.

Dois conceitos que entram em conflito constante com a soberania dos países são os conceitos de responsabilidade de proteger (r2p) e o conceito de autodeterminação dos povos. Aqui, explicaremos de forma rápida estes conceitos, apenas para facilitar o rumo dos debates de uma forma mais inclusiva.

Segundo a coalisão internacional para a responsabilidade de proteger, este princípio diz respeito ao dever de impedir que tais violações ocorram no Sistema Internacional:

A Responsabilidade de proteger (RtoP ou R2P, em inglês) é uma nova norma de segurança internacional e direitos humanos para chamar a atenção para a falha da Comunidade Internacional para prevenir e

parar genocídios, crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade (ICRtoP, 2017, tradução nossa⁸)

O segundo conceito, de autodeterminação dos povos, é mais simples e surgiu nas revoluções francesa e americana. Este conceito defende a ideia de que a soberania do Estado vem de seu povo, conflitando com o conceito tradicional de soberania

Os franceses referiam-se a esse direito para evidenciar os valores patrióticos, sobrepondo a soberania popular em face ao Estado absolutista [...]. Os americanos, por sua vez, alegavam a autodeterminação como justificativa de sua independência da coroa britânica, contribuindo para a concepção moderna de que um povo deve governar a si mesmo (OLIVEIRA & KATSURAGI, 2015).

3.2 Guerra Justa

Quando começamos a estudar sobre a guerra, nos deparamos com dois tipos de visão: aqueles que são pacifistas e acreditam que a guerra nunca é justificável em nenhuma circunstância e, também, os que pregam que a guerra é uma continuação da política, ou seja, se um impasse não for resolvido através do diálogo e da diplomacia, a guerra será o único meio pelo qual a situação será resolvida. A partir desta última perspectiva, então, é que se faz necessário explicar o conceito de se fazer uma Guerra Justa.

Sendo assim, é preciso dividir a guerra em duas partes, sendo a primeira voltada para aquilo que vai justificar o uso da força e a segunda, que está relacionada com as questões de como a guerra vai ser travada, ou seja, a teoria da Guerra Justa se importa em mostrar que para um país entrar em guerra com o outro, é preciso que este possua um bom motivo, que signifique uma justa causa. Além disso, é preciso que o conflito em si seja realizado de forma justa, as ações de quem está envolvido na guerra não podem ser injustas e elas devem ter limites, com a finalidade de impor restrições sobre ações que podem extrapolar o respeito e cuidado pela humanidade. (GOLDIM, 2003).

De forma geral, em relação ao que pode se considerar como pontos componentes para se ter uma justa causa para guerrear, adota-se como base as seguintes perguntas: Quais as justificativas usadas para se começar a guerra? Quem pode declarar guerra? A que fim se busca através da guerra? A esses questionamentos, a resposta mais condizente é que apenas as autoridades legítimas é que poderiam declarar guerra com o seu inimigo (Chefe de Estado, por exemplo), sendo ela justificável em casos onde há uma vontade de se tornar certo aquilo que está errado. A guerra seria o meio pelo qual se poderia alcançar ou manter a paz, tendo em vista que, através do uso da força, é que os “injustos” seriam conti-

⁸ The RESPONSIBILITY TO PROTECT ("RtoP" or "R2P") is a new international security and human rights norm to address the international community's failure to prevent and stop genocides, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity

dos por meio das suas mortes (MARCHETTI, 2017). Tais argumentos são claramente vistos, por exemplo, na carta da ONU, a qual parte do princípio de que a guerra é somente justificável quando se trata de legítima defesa, o que significa que é justo atacar apenas quando se sofre um ataque primeiro, ou em situações em que a paz internacional está ameaçada. O uso dessa justificativa se encaixa bem ao exemplo da ameaça do fascismo na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, onde as aspirações de Hitler e Alemanha estremecia a paz no mundo. Também, uma guerra é considerada justa pela ONU caso ela seja declarada pela autoridade legítima, o Conselho de Segurança, e possua motivos justos (LANGNER, 2011).

No contexto em que se discute o que é correto fazer dentro de uma guerra, os teóricos tendem a colocar que, para se ter uma guerra justa, há de existir uma reciprocidade nos atos. Neste sentido, entrar em guerra e não usar um poderio militar maior do que aquele usado pelo inimigo (isso caracterizaria uma injustiça) é importante para se ter justiça no conflito, assim como não atacar civis e outros cidadãos não estão envolvidos na guerra ou seja, estas são questões, em grande medida, morais, éticas e valorativas, que são tratadas nas Convenções de Genebra.

Vale ressaltar, neste contexto, o autor Michael Walzer, o qual foi relevante na discussão sobre a Guerra Justa ao apontar alguns direitos dos países e argumenta que só se pode usar de meios violentos com a justificativa de se defender de uma ameaça externa e, sendo assim, nada além de uma agressão recebida anteriormente pode justificar o conflito armado. Assim, defende que todo país agressor pode ser punido e ter seu poder militar restringido. Faz-se necessário mencionar sobre os três pontos basilares para legitimar uma intervenção, de forma que Walzer acredita que em casos que há uma comunidade política buscando por sua independência, assim como em situações onde o país já sofreu uma primeira intervenção de outro, intervir se torna legítimo, da mesma maneira ocorre quando há uma violação dos Direitos Humanos (WALZER, 1995).

4 CRONOLOGIA DO CONFLITO

Esta seção tem como objetivo fazer uma breve cronologia dos fatos que ocorreram no que tange a Guerra do Kosovo, a fim de auxiliar a respeito dos acontecimentos do conflito e, consecutivamente, do andamento do nosso comitê.

1980 – Morte de Josip Broz Tito.

1981 – Manifestações de albaneses kosovares para exigir a criação da República do Kosovo, há resistência da polícia e do exército.

1989 – O presidente Sérvio, Slobodan Milosevic, suprime a autonomia do Kosovo, estipulada na Constituição de 1974.

É criada Liga Democrática do Kosovo (LDK).

1990 – Os albaneses kosovares do Parlamento do Kosovo autoproclamam sua independência como uma das unidades federadas da Iugoslávia.

Belgrado dissolve todos os órgãos do poder e a administração no Kosovo. A Polícia dispersa os sucessivos protestos dos albanos-kosovares, que iniciam uma "resistência pacífica", liderada pelo escritor Ibrahim Rugova.

Surge a guerrilha albanos-kosovar do "Exército de Libertação do Kosovo".

1991 – Os albanos-kosovares organizam um plebiscito clandestino no qual se apoia a "independência e soberania" do Kosovo.

1992 – Os albanos-kosovares realizam eleições presidenciais e parlamentares, consideradas ilegais pela Sérvia, vencidas por Rugova e sua Liga Democrática do Kosovo (LDK).

Acordo de Dayton.

É desenvolvido a "Sociedade Paralela" no Kosovo.

1995/1996 – Fortalecimento do ELK

1997 – Limpeza étnica, ataques e bombardeios contra os dos albaneses nas regiões da Sérvia, Montenegro e Kosovo.

1998 – Choques entre o UCK e as forças sérvias, com 80 mortos, marcam o início da guerra do Kosovo.

1999 – 24 de março: a OTAN inicia seus bombardeios contra a Iugoslávia.

5 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATÂNTICO NORTE

Esta seção mostrará como é formado o órgão que iremos simular, assim como suas características principais. Tendo em mente que o nosso comitê irá simular a reunião de emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ocorrerá em 1999 –

mais precisamente em 09 de junho, ou seja, serão simultâneos a guerra que acontece no território kosovar, desse modo cabe aos delegados chegarem numa solução eficiente e, na medida do possível, rápida.

Os debates terão como pauta as negociações com a Iugoslávia, para determinar se haverá acordo de paz ou intervenção das tropas da OTAN no território do Kosovo. Sendo assim, é importante lembrar que os debates serão simultâneos a guerra que acontece no território kosovar, desse modo cabe aos delegados chegarem numa solução eficiente e, na medida do possível, rápida.

5.1 História da organização

Em 1941, os presidentes dos EUA, Reino Unido e Irlanda do Norte, assinaram um princípio chamado de Carta do Atlântico, que tinha como objetivo a ajuda mútua contra inimigos em comum, zelando à paz e segurança mundial (OTAN, 1999). Após a Segunda Grande Guerra, os países europeus vencedores do conflito buscaram fortalecer e criar uma nova ordem no continente e no mundo, assinando o Tratado de Bruxelas, em 1948, tendo como signatários: Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Desse modo, os Estados Unidos, que queriam ampliar sua influência na Europa, a fim de conter a ameaça da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), formam uma aliança militar com os países capitalistas com o objetivo de fazerem frente ao socialismo, no contexto de Guerra Fria, criam o “Tratado do Atlântico Norte”, que foi escrito e assinado em 1949.

Este Tratado culmina no surgimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁹, com o objetivo de fazer frente em decorrência do crescimento das forças da União Soviética após a Segunda Grande Guerra, e ainda proporcionando que o órgão fosse o braço militar dos membros durante o Plano Marshall – plano para a reconstrução da Europa ao fim da Segunda Grande Guerra (COSTA, 2006).

Sendo assim, a OTAN é fundada em 1949 com sede em Bruxelas, na Bélgica. Caracterizada por apresentar uma votação do tipo consensual, ou seja, todos os membros devem chegar num consenso para que uma proposta possa ser aprovada. Este tipo de votação é consequência do fato da organização ter um caráter de aliança militar intergovernamental, sendo constituída por um sistema de defesa coletiva, através do qual todos os Estados-membros devem concordar com a defesa mútua em resposta as situações e entidades externas à OTAN. Como é visto no Artigo 5 da OTAN (OTAN, 1949), que afirma a cláusula de solidariedade militar, ou seja, afirmando que um ataque a qualquer membro da organização significa um ataque contra todos os demais.

⁹ Muitas vezes chamada de Aliança Atlântica.

Em 1951, no Canadá, foi assinado um acordo que moldava as bases de organização para o Tratado do Atlântico Norte, explicitando a personalidade jurídica da organização e as possibilidades de direito, deveres e representações no sistema internacional (COSTA, 2006).

Então, deu-se por encerrado oficialmente um primeiro momento da história da OTAN – o período da guerra fria. Essa trajetória e outros acontecimentos do início da década de 90, porém, levantaram possibilidades de transformações da Aliança do Atlântico (COSTA, 2006).

A OTAN é uma organização político-militar que tem um caráter de composição regional e intergovernamental, ou seja, “é constituída por Estados mediante um tratado que define seus princípios, objetivos e sua personalidade jurídica” (COSTA, 2006).

Em função de sua característica, ou seja, de uma aliança político-militar, grande parte das forças e recursos militares ficam sob o comando e o controle de cada Estado até serem direcionados a missões específicas da OTAN. A manutenção, o treinamento e o material são financiados pelos orçamentos de defesa de cada Estado membro. Da mesma forma, os custos de manutenção das representações civis e militares em todas as instâncias decisórias da organização são de responsabilidade de cada Estado membro. Atualmente, cerca de 15.000 pessoas representantes dos países estão alocadas nas estruturas da OTAN e sob responsabilidade e financiamento de cada país membro. (COSTA, 2006).

No decorrer dos debates será usada a moderação grega. Neste tipo de moderação os delegados devem manter erguidas as placas de sua delegação ao fim de poderem se pronunciar. Este tipo de sistema de moderação irá proporcionar uma maior agilidade para o pronunciamento dos discursos dentro do comitê, e será retomado no Guia de Regras para melhor esclarecer suas regras e especificidades.

5.2 Membros permanentes e observadores

Desde que o acordo foi assinado em 1949, a organização conta com os cinco membros do Pacto de Bruxelas (Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), os EUA e Canadá, mais os membros convidados Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal.

Além disso, em 1951, foi ingressado na organização a Grécia e a Turquia. Em 1954 a URSS pede para aderir a OTAN, mas é negado pelos membros. Ainda neste ano, ocorre a adesão da Alemanha Ocidental. Em 1982, a Espanha entra para a organização e, em 1999, tem-se a adesão da República Tcheca, da Hungria e da Polônia. O comitê OTAN (1999) contará também com os membros observadores, Albânia, Iugoslávia e Rússia.

6 POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES

Esta seção aborda os posicionamentos dos principais atores, de modo a evidenciar as posições daqueles que são de notável importância para o andamento dos debates e para a resolução do conflito em razão de estarem diretamente ou indiretamente exercendo influência na Guerra do Kosovo e suas repercussões. Todavia, é de extrema importância lembrar que todas as delegações são de enorme importância para o comitê e para tentar proporcionar uma resolução do conflito kosovar.

6.1 Albânia

A Albânia é influenciada diretamente pelo conflito existente entre os sérvios e os kosovares-albaneses, já que tal país fazia fronteira com a Iugoslávia na época. Um dos fatores que mais afetaram os albaneses foi o fato de milhares de kosovares terem refugiado em seu território desde o início do conflito o que, sem dúvida nenhuma, trouxe certas dificuldades e instabilidades. Em detrimento disto, o Estado albanês se mostrou disposto a ajudar kosovares por conta de algumas questões. Primeiro porque a grande maioria dos kosovares era de origem albanesa, justamente pelo fato do Kosovo ter sido parte integrante deste país, o que tende a fazer com que a Albânia se aproxime e ofereça ajuda e (CORDEIRO, 2017; TOCANTIS, BEHR, MACHADO, 2016). Além disso, os albaneses condenam e se opõem às ações da Iugoslávia contra os kosovares desde 1989, quando já havia mostras de que Kosovo poderia ser oprimido militarmente pelo governo daquele. Desde então, a tensão entre Iugoslávia e a Albânia só aumentou. Isto, sem dúvidas, explica um pouco do por que a Albânia apoia o ELK desde o início do conflito. Outro ponto importante de se mencionar sobre a Albânia é sua aproximação com os países da Europa Ocidental, principalmente, com os Estados Unidos. Estas relações com países que fazem parte da OTAN e a tensão com os iugoslavos pode significar uma Albânia dando apoio à intervenção militar. (ZICKEL, 1994).

6.2 Estados Unidos da América

A posição dos Estados Unidos em relação à intervenção da OTAN no Kosovo é clara: tal Estado era a favor da intervenção. Os norte-americanos sempre mostravam o interesse de serem influentes na Europa, fazendo e liderando acordos econômicos, fazendo empréstimos para os países e, com a intervenção do Kosovo, através da OTAN, pode ser mais um modo de edificar essa influência. Neste caso, os estadunidenses, junto à OTAN, queriam que a Iugoslávia aceitasse todos os termos da proposta feita por eles ou, então, não haveria ne-

nhum acordo e a intervenção militar seria executada. Essa posição foi tomada porque, devido a experiências na intervenção da Bósnia, o uso da violência se mostrou eficaz e fez com que os sérvios cedessem rapidamente e, conseqüentemente, tendiam a pensar o mesmo no caso do Kosovo. (FILHO, 1999; MESSARI, 2000; NOGUEIRA, 2000).

Outro ponto relevante é como os Estados Unidos preferiam seus ataques: não por meio de tropas terrestres, mas através de ataques aéreos. Esta característica tem sido percebida desde a Guerra do Golfo, em 1990. Clinton diz que não era a favor de colocar tropas terrestres por não saber se estas retornariam e que não era de interesse dos Estados Unidos arriscar as vidas de seus soldados. Além disso, os norte-americanos buscavam (pelo menos nesta época) um maior desenvolvimento nas técnicas de combate, algo que somente um país desenvolvido faz, já que é preciso ter alta capacidade para desenvolver tecnologias constantemente. Neste contexto, isto tem a ver com o interesse de fazer uma guerra que seja indolor, ou seja, em que os custos (perder vidas) sejam menores (MESSARI, 2000; FILHO, 1999).

6.3 Iugoslávia

O Reino da Iugoslávia foi criado por resultado de uma política pan-eslavista produzida principalmente pelos sérvios (como parte do desejo de criar uma grande nação, a chamada Grande Sérvia). Em seu estágio inicial, seu nome era oficialmente, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, mas foi adotado posteriormente o nome de “Reino da Iugoslávia” (significando “terra dos eslavos do Sul”), com o fim de fortalecer o sentimento nacional e de inclusão dos outros povos étnicos da região (PORTAL, 1968 p.457 – 468). Após a ocupação pelo Eixo na Segunda Guerra Mundial, o governo comunista foi implementado pelo Partido Comunista Iugoslavo que tinha o apoio da União Soviética e era comandado pelo general “Tito”.

Com o novo governo pós Segunda Guerra sendo comandado por um líder que veio dos Partisans (grupo de resistência sérvio), pode-se notar um alinhamento significativo das políticas do governo central com o governo da república autônoma da Sérvia. Tal fato pôde ser notado quando a Sérvia anexou o território de Kosovo, e o estabeleceu como a Província Autônoma Socialista do Kosovo em 1974 sem muitos protestos do governo central da Iugoslávia, apesar de ter acentuado a tensão territorial entre as repúblicas autônomas da Iugoslávia (MOWAT, 1916).

Atualmente, o presidente iugoslavo (e ex-presidente sérvio) Slobodan Milosevic tem realizado atos de opressão contra os kosovares de origem albanesa, travando conflitos principalmente com a ELK (Exército de Libertação de Kosovo). Os fortes atos que ferem os di-

reitos humanos tem sido motivo de grande preocupação para os aliados da Organização do Tratado Atlântico Norte.

6.4 Rússia

Sua relação com o Reino da Iugoslávia data da Segunda Guerra e foi intensificada no período da Guerra Fria, quando o território russo se encontrava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Após o desmantelamento da URSS, as relações Rússia-Iugoslávia e Rússia-Sérvia foram mantidas, apesar de estas serem turbulentas no ano de 1991, com múltiplas acusações (RUSSIA'S... 2017). Tais relações se manifestam em uma aproximação ideológica entre estes países.

A aproximação ideológica entre estes dois atores é evidenciada na defesa da solidariedade pan-eslávica baseada em etnias, religiões e história de povos que compartilham tais aspectos. No cenário internacional, a Rússia se opôs aos ataques aéreos da OTAN nos arredores de Sarajevo em 1994 e em 1995, defendendo que esta forma de ataque só se mostraria necessária com o esgotamento das forças de paz.

REFERÊNCIAS

ABRIL. **Bombardeios no escuro**, 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/310399/p_052.html>. Acesso em: 04/02/2017.

ALLES, Leonardo Miguel. **A intervenção humanitária nos Estados: a questão Kosovo**. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_1/leonardo.pdf>. Acesso em: 07/02/2017.

BADMUS, Isiaka. **"Nosso Darfur, Darfur deles": a política desviante do Sudão e a nascente "limpeza étnica" em uma emergente anarquia Africana**. Rio de Janeiro, 2008.

BBC. **Analysis: the Impact on Albania. Kosovo Crisis**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/special_report/1998/kosovo/308241.stm>. Acesso em: 08/01/2017.

BBC. **Yugoslavia 1918-2003**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwone/yugoslavia_01.shtml>. Acesso em: 09/02/2017.

BBC. **Partisans: War in The Balkans 1941 – 1945**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwtwo/partisan_fighters_01.shtml>. Acesso: 03/02/2017.

BORGER, Julian. **Bosnia's bitter, flawed peace deal, 20 years on**. The Guardian, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global/2015/nov/10/bosnia-bitter-flawed-peace-deal-dayton-agreement-20-years-on>>. Acesso em: 28/03/2017.

CLARK, Howard. **Civil Resistance in Kosovo**. London: Pluto Press, 2000.

CONCEIÇÃO, Andrea Freitas da. **Os Acordos de Dayton na prática: o desafio dos sete primeiros anos de construção de um Estado multiétnico dividido ao meio**. 2005 – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7888/7888_5.PDF>. Acesso em: 28/03/2017.

CORDEIRO, Vanessa. **Os refugiados e o sistema internacional contemporâneo: estudo de caso sobre a crise do Kosovo**. Disponível em: <<http://www.animaopet.com.br/pdf/anima4/anima4-Vanessa-Cordeiro.pdf>>. Acesso em: 9/02/2017.

COSTA, Rogério. **Organização do tratado do atlântico norte (OTAN): histórico, características, objetivos, funcionamento e influência na segurança coletiva**. Relações Internacionais em Revista – Curitiba, 2006.

COUNTRY DATA. **Russia's Role in The Former Yugoslavia**. Disponível em <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-11503.html>>. Acesso em: 05/03/2017

EDUCABRAS. **A dissolução da Iugoslávia**, 1999. Disponível em: <https://www.educabras.com/ensino_medio/materia/geografia/conflitos_e_crisis_atuais/aula_s/a_dissolucao_da_iugoslavia>. Acesso em: 07/02/2017.

FERREIRA, Renata Barbosa. **A guerra da Bósnia: 1992-1995: Fatores explicativos da prática da limpeza étnica perpetrada pelos sérvios contra os muçulmanos-bósnios**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2664/2664_2.PDF>. Acesso em: 28/03/2017.

FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. **Anotações sobre a guerra do Kosovo**. Carta Internacional, Funag-USP, 1999. p 6-8. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art3.htm>>. Acesso em: 6/02/2017.

GERSTENBERG, Frank. **1999: Otan ataca a Iugoslávia**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1999-otan-ataca-a-iugosl%C3%A1via/a-305965>>. Acesso: 08/01/2017.

GOLDIM, José Roberto. **Teoria da guerra justa**. 2003. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/guerra.htm>>. Acesso em: 21/05/2015.

HAMANN, Eduarda. **O papel de atores internacionais na prevenção de conflitos violentos: silêncio no Kosovo, vozes na Macedônia (1989-2001)**. PUC RIO, 2007.

ICEtoP. **INTERNATIONAL coalition for the Responsibility to Protect**.. Disponível em: <<http://www.responsibilitytoprotect.org/>>. Acesso em: 22/05/2017.

LANGNER, Guilherme. **A moral internacional e seu conceito de guerra justa**. Faculdade de ciências jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/05/A-MORAL-INTERNACIONAL-E-SEU-CONCEITO-DE-GUERRA-JUSTA.pdf>>. Acesso em: 21/05/2017.

MARCHETTI, Maurizio. **A doutrina da guerra justa em Francisco de vitória**. Disponível em: <<https://nepep.files.wordpress.com/2015/02/prefc3a1cio-2.pdf>>. Acesso em: 21/05/2017.

MESSARI, Nizar. **Kosovo e o Ocidente: Exercícios na construção da identidade ocidental**. Tradução de Oscar Lins de Abreu Sobrinho. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 2000.

MOWAT, R.B., **Select Treaties and Documents 1815-1916**, Oxford: Clarendon Press, 1916;

MUNUERA, Gabriel. **Preventing Armed Conflict in Europe: Lessons From Recent Experience**. Institute for Security Studies of Western European Union, Chaillot Paper 15/16, 1994.

NOGUEIRA, João Pontes. **A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: Notas sobre a (re) construção do Estado no fim do milênio**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4152.pdf>>. Acesso em: 6/02/2017.

OLIVEIRA, Leandro & KATSURAGI, Silvia. **Autodeterminação dos povos do ponto de vista histórico-jurídico**, Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://llo.jusbrasil.com.br/artigos/169216985/autodeterminacao-dos-povos-do-ponto-de-vida-historico-juridico>>. Acesso em: 22/05/2017.

OTAN. **Military Technical Agreement between the International Security Force ("KFOR") and the Governments of the Federal Republic of Yugoslavia and the Republic of Serbia**. NATO'S role in Kosovo, 1999. Disponível em: <<http://www.nato.int/kosovo/docu/a990609a.htm>>. Acesso: 15/02/2017.

OTAN. **The NATO handbook: 50th anniversary edition –1949-1999**. Brussels, Belgium: NATO, 1999a. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/102913838/NATO-NATO-Handbook-50th-Anniversary-Edition>>. Acesso: 02/02/2017.

OTAN. **The North Atlantic Treaty**. Washington D.C. - 4 April 1949. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm>. Acesso em: 21/05/2017.

PERES, Andrea Carolina Schvartz. **O debate sobre a representação da diferença e o significado da guerra na Bósnia-Herzegovina**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n40/a16v19n40.pdf>. Acesso em: 28/03/2017.

PORTAL, Roger. **OS ESLAVOS: povos e nações** Lisboa – Rio de Janeiro Edições Cosmos, 1968.

PULA, Besnik. **The Emergence of the Kosovo ‘Parallel State’**, 1988-1992. Nationalities Papers, 2004.

SCHERRER, Christian P. **Structural Prevention of Ethnic Violence**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2002.

TOCANTIS, João Victor de Araújo; BEHR, João Gabriel Capucho; MACHADO, Luís Henrique Pilger. **Conselho de segurança das Nações Unidas: Guerra do Kosovo**. Brasília: [S.n.], 2016. Internationali negotia: modelo internacional do Brasil. Disponível em: <http://site.internationali.com.br/images/mib/CSNU-Kosovo2016.pdf>. Acesso em: 7/02/2017.

UOL. **Cronologia do conflito em torno da questão sobre a província do Kosovo**, 2007. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/11/28/ult1808u106558.jhtm>. Acesso: 07/02/2017.

UOL. **OTAN anuncia ataques contra Iugoslávia**, 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft07069904.htm>. Acesso em: 17/02/2017.




WALZER, Michael e MILLER, David. **Pluralism, Justice and Equality**. Oxford, Oxford University Press, 2003.

ZICKEL, Raymond E. **Albany: A country study**. Federal research division: Library of Congress. Edited by Raymond E. Zickel and Walter R. Iwaskiw, 1994. Disponível em: <https://cdn.loc.gov/master/frd/frdcstdy/al/albaniacountryst00zick/albaniacountryst00zick.pdf>. Acesso em: 9/02/2017














TABELA DE DEMANDA DE REPRESENTAÇÕES

Algumas delegações são mais demandadas do que outras, ou seja, conforme já dito anteriormente, estas delegações repercutem direta e indiretamente no conflito. Contudo, cabe a ressalva de que todas as delegações foram escolhidas devido sua importância dentro das discussões. A tabela de representação, no entanto, classifica as delegações que serão mais demandadas a se pronunciarem, sendo 1 uma demanda média, 2 uma demanda alta, e 3 uma demanda alta e constante.

Legenda

	Representações pontualmente demandadas a tomar parte nas discussões.
	Representações medianamente demandadas a tomar parte nas discussões.
	Representações frequentemente demandadas a tomar parte nas discussões.

República da Albânia	
República Federal da Alemanha	
Reino da Bélgica	
Canadá	
Reino da Dinamarca	
Reino de Espanha	
Estados Unidos da América	
República Francesa	

República Helênica	
Reino dos Países Baixos	
Hungria	
Islândia	
República Italiana	
República Federal da Iugoslávia	
Grão-Ducado do Luxemburgo	
Reino da Noruega	
República da Polónia	
República Portuguesa	
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	
República Tcheca	
Federação Russa	
República da Turquia	